

Limites democráticos

Intimidação de ministros do STF por grupo de bolsonaristas detona crise na Segurança Pública do Distrito Federal e reforça desconfiança sobre atuação política das polícias

Neste último sábado (13), um grupo de militantes bolsonaristas ultrarradicais, liderados por Sara Giromini, que adotou o codinome de uma espiã nazista e passou a ser conhecida como Sara Winter, lançou fogos de artifícios contra o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF). O ato político, que teve grande repercussão nas redes sociais, visava intimidar os ministros que julgarão processos que podem levar ao *impeachment* ou cassação do mandato de Jair Bolsonaro, bem como inibir os crescentes ataques aos Poderes Legislativo e Judiciário.

O episódio abriu uma crise na área de segurança pública do Distrito Federal. Afinal de contas, como foi possível a realização da manifestação na Praça do Três Poderes, um dos lugares mais vigiados de Brasília? O mal-estar gerado pelo episódio levou o Governador do Distrito Federal a exonerar o responsável pelo policiamento da Esplanada dos Ministérios e, a pedido do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, a Procuradoria-Geral da República (PGR) instaurou um procedimento preliminar para investigar se houve falha ou omissão do policiamento.

Nesta segunda-feira (15), o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, aceitou pedido da PGR e determinou a prisão, pela Polícia Federal, de Sara Winter e mais cinco integrantes de seu grupo. Porém, este é apenas um entre vários outros exemplos que estão emergindo e antagonizando, ainda mais, as polícias militares em relação a outras instituições democráticas.

No domingo (14/6), [um repórter do portal UOL foi empurrado propositalmente por um policial militar enquanto cobria uma discussão entre um grupo de militantes “antifascistas” e três jovens com suásticas nazistas](#) e roupas de uma banda liderada pelo norueguês Kristian Vikernes, conhecido como Varg, que é ligado ao movimento neonazista europeu e que já foi condenado a 21 anos de prisão por matar um amigo a facadas. Varg também já foi detido sob suspeita de organizar um ato terrorista de movimentos de extrema-direita na Europa.

Na discussão, o repórter teve seu celular danificado e, ao procurar o Distrito Policial para registrar o fato, foi maltratado pelo delegado plantonista e colocado em situação intimidatória, inclusive com a tentativa de arrolá-lo como autor de agressão e não como vítima. A ocorrência só foi resolvida após a intervenção da delegada titular do Distrito e a entrada em cena dos advogados do UOL. O policial militar acabou por gerar mais uma crise com a imprensa, [que tem no Brasil um dos países mais perigosos para o exercício da profissão de jornalista](#).

Neste turbilhão de conflitos e guerras ideológicas, muitos segmentos da sociedade brasileira parecem confundir limites democráticos com cerceamento da liberdade de expressão. Todavia, em nenhuma sociedade moderna a liberdade de expressão é absoluta e existem regras que protegem o Estado de Direito. E, entre elas, a fundamental isenção das polícias em relação aos cidadãos é um dos pontos mais sensíveis.

Polícia não pode ter preferências políticas e deve zelar pela manutenção da ordem social democrática emanada da Constituição Federal. E, segundo a nossa CF, manifestações que atentem contra o Estado de Direito de forma tão explícita como a liderada por Sara Winter devem ser contidas e reprimidas. Isso não é autoritarismo, mas a garantia de que os Poderes tenham autonomia para exercer suas missões constitucionais. Aliás, nunca é demais ressaltar que, no ordenamento jurídico brasileiro, o Judiciário, por intermédio do STF, é o guardião da Constituição e tem a última palavra sobre o que é ou não legal. Não existe poder moderador e/ou as Forças Armadas não têm atribuição constitucional para se sobreponem aos Poderes da República.

Mas, voltando ao campo policial, já temos alertado em várias edições do *Fonte Segura* para o risco de politização excessiva das polícias, sobretudo das Polícias Militares. Não à toa, [outra reportagem do UOL](#), publicada nesta segunda (15), revelou que, entre 2010 e 2018, 7.168 policiais militares disputaram eleições em todo o Brasil. E, como ao contrário do Ministério Público e do Judiciário não há regras de transição ou quarentenas, aqueles policiais que não se elegem voltam para as corporações. Ou seja, muitos policiais buscam projetos políticos, o que seria legítimo e saudável se eles se afastassem da carreira de uma forma definitiva. Em consequência, as questões do controle do crime e redução da violência viram combustível para a guerra de narrativas e para a defesa de posições individuais.

O Brasil precisa rever a arquitetura institucional de suas polícias, deixando claras as competências e mandatos. Mas, acima de tudo, precisamos modernizar a segurança pública para que ele exorcize seus fantasmas do passado e cumpra aquilo que esta previsto no artigo 6º, da Constituição, que a define como um direito social universal. O papel das polícias é garantir um direito social universal de todos os brasileiros e não ser instrumentalizada por grupos ou projetos de poder, independentemente se compostos ou não por policiais ou por pessoas que gozam da simpatia desses últimos.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-a49xh-8p623-m7siq-gffj5-pbz9d-58ukz-pn3o6-vj75r-xdc2f-4ydkp-m2v-jvuuv-zrbme-g2zya-aymgx>

